



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXIV PALMAS, SEXTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2013

Nº 2019



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Sandoval Cardoso

1º Vice-Presidente: Dep. Osires Damaso

2º Vice-Presidente: Dep. Eduardo do Dertins

1º Secretário: Dep. José Geraldo

2º Secretário: Dep. Toinho Andrade

3º Secretário: Dep. Iderval Silva

4º Secretário: Dep. Josi Nunes

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Amélio Cayres (**pres**), Osires Damaso (**vice**), Eduardo do Dertins, Eli Borges, Zé Roberto

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Vilmar do Detran, José Bonifácio, Amália Santana, Wanderlei Barbosa, Raimundo Moreira.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às terças-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: José Augusto (**pres**), José Bonifácio (**vice**), Amália Santana, Jorge Frederico, Freire Júnior

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Iderval Silva, Stalin Bucar, Zé Roberto, Eduardo do Dertins, Raimundo Moreira.

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Zé Roberto (**pres**), Vilmar do Detran (**vice**), José Bonifácio, Manoel Queiroz, Osires Damaso.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): José Augusto, Stalin Bucar, Amália Santana, Sargento Aragão, Marcello Lelis.

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Marcello Lelis (**pres**), Luana Ribeiro (**vice**), Eduardo do Dertins, Iderval Silva, Solange Duailibe.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Vilmar do Detran, Stalin Bucar, Amália Santana, Sargento Aragão, Freire Júnior.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Wanderlei Barbosa (**pres**), Josi Nunes (**vice**), Luana Ribeiro, Zé Roberto, Raimundo Moreira.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Iderval Silva, Amélio Cayres, Solange Duailibe, Jorge Frederico, Marcello Lelis.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às quartas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Stalin Bucar (**pres**), Amália Santana (**vice**), José Augusto, Jorge Frederico, Freire Júnior.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Eli Borges, Amélio Cayres, Zé Roberto, Manoel Queiroz, Raimundo Moreira.

Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Eli Borges (**pres**), Marcello Lelis (**vice**), Stalin Bucar, Solange Duailibe, Jorge Frederico.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): José Augusto, Luana Ribeiro, Zé Roberto, Sargento Aragão, Osires Damaso.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Sargento Aragão (**pres**), José Bonifácio (**vice**), Iderval Silva, Zé Roberto, Osires Damaso,

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: José Augusto, Stalin Bucar, Solange Duailibe, Wanderlei Barbosa, Freire Júnior.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude.

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Marcello Lelis (**pres**), Solange Duailibe (**vice**), Amélio Cayres, Sargento Aragão, José Augusto.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Iderval Silva, José Bonifácio, Amália Santana, Manoel Queiroz, Freire Júnior.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Reunião às quintas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Amália Santana (**pres**), Luana Ribeiro (**vice**), Josi Nunes, Manoel Queiroz, Freire Júnior.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Vilmar do Detran, Amélio Cayres, Solange Duailibe, Wanderlei Barbosa, Osires Damaso.

Comissão de Minas e Energia

Reunião às terças-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Vilmar do Detran (**pres**), Raimundo Moreira (**vice**), Stalin Bucar, Amália Santana, Sargento Aragão.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Josi Nunes, José Bonifácio, Zé Roberto, Eduardo do Dertins, Osires Damaso.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI N.º 55/2013

Dispõe sobre a imunização de mulheres na faixa etária de 9 a 26 anos com a vacina contra o HPV – Human Papiloma Vírus, na rede pública de Saúde do Estado do Tocantins.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º Fica assegurado às mulheres na faixa etária de 9 a 26 anos o direito de receber todas as doses necessárias da vacina para imunização contra o HPV – Human Papiloma Vírus, na rede pública de Saúde do Estado do Tocantins.

Art. 2º O Poder Executivo desenvolverá, dentre outras, as seguintes ações para a estruturação e manutenção efetiva, eficiente e eficaz de uma rede de conscientização sobre a prevenção e controle do câncer do colo de útero:

I – a promoção, em parceria com a Secretária de Estado de Educação, da campanha anual de vacinação nas unidades escolares da rede estadual de ensino;

II – a produção de material educativo dirigido especialmente à população alvo, informando e conscientizando sobre a importância e benefícios da vacina de prevenção;

III – a realização de convênios com instituições públicas para a organização de programas educativos, cursos e projetos de capacitação e controle de cobertura e aceitação da vacina.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei, nos termos de sua competência, promovendo ampla divulgação do programa e da campanha de vacinação correspondente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O HPV é uma das doenças sexualmente transmissíveis (DST) mais comuns no mundo, e um dos principais responsáveis pelo câncer de colo de útero. Estudos no mundo comprovam que 50% a 80% das mulheres sexualmente ativas serão infectadas por um ou mais tipos de HPV em algum momento de suas vidas.

Na maioria dos casos, a cura é espontânea, onde o próprio organismo se encarrega da função. Isso ocorre quando o vírus não apresenta um alto potencial oncogênico. O Brasil registra segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), em torno 15.000 mil novos casos por este tipo de agravo à saúde feminina, passível de prevenção.

A vacina foi criada com o objetivo de prevenir a infecção por HPV e, dessa forma, reduzir o número de pacientes que venham a desenvolver câncer de colo de útero. Mas o real impacto da vacinação contra o câncer de colo de útero só poderá ser observado após décadas. No Brasil há dois tipos de vacinas: a quadrivalente (contra o vírus 6, 11, 16, 18) e a bivalente (apenas contra o tipo 16 e 18).

É fundamental deixar claro que a adoção da vacina não substituirá a realização regular do exame Papanicolaou (preventivo). Trata-se demais uma estratégia possível para o enfrentamento do problema que pode ser combatido com a vacinação coletiva.

São estas as razões pela quais considero de elevada importância a participação dos nobres parlamentares no esforço para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de abril do ano de 2013.

Josi Nunes
Deputada Estadual

PROJETO DE LEI Nº 62/2013

Institui no Estado do Tocantins o Programa "CNH DO POVO" e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º - Fica instituído no Estado do Tocantins o Programa "CNH DO POVO" por intermédio do qual o cidadão de baixa renda, os desempregados, os alunos da rede pública estadual de ensino e os trabalhadores com baixa renda poderão fazer sua carteira de motorista sem custo.

Art. 2º - Os inclusos no artigo anterior deverão estar cadastrados no Programa Bolsa Família e, os alunos da rede pública de ensino devem possuir média acima de 05 (cinco) no Exame do Ensino Médio - ENEM.

Art. 3º - Serão considerados de baixa renda os trabalhadores que perceberem salários médios menores que 02 (dois) salários mínimos.

Art. 4º - Este programa acontecerá junto ao Departamento de Trânsito do Tocantins - DETRAN e as despesas correrão por conta do seu orçamento.

Art. 5º - O DETRAN do Tocantins disponibilizará o número de vagas a ser oferecido pelo programa de que trata o artigo primeiro, sendo que essa distribuição deverá ser proporcional para cada Região Administrativa do Estado, conforme sua população.

Art. 6º - As inscrições serão feitas via internet em prazo pré-determinado pelo DETRAN-TO.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo aumentar as possibilidades de entrada no mercado de trabalho para cidadãos que residem no Estado do Tocantins, auxiliando nas condições de aprimoramento do nível de qualidade do trabalhador, principalmente, aos jovens que são oriundos das escolas de ensino médio da rede pública estadual.

Pretende, ainda, ampliar as condições de emprego aos egressos do Bolsa Família, de forma a oferecer uma melhor qualificação para o árduo mercado de trabalho. Entre os Estados Federativos que aprovação esta Lei estão: Pernambuco, Ceará e Piauí.

O Projeto de Lei em comento não aumenta despesas para o orçamento do Estado, pois o número de CNH a serem oferecidas no Programa será ofertado pelo Departamento Estadual de Trânsito. Aqui se busca a ressocialização das famílias de menor poder aquisitivo. É uma maneira de diminuir o desemprego e melhorar a qualidade da mão-de-obra no Estado.

Feitas as considerações necessárias, conclamo os Nobres Parlamentares pela aprovação da matéria em tela.

Sala das Sessões, aos 08 dias do Mês de Maio de 2013

Wanderlei Barbosa
DEPUTADO ESTADUAL

PROJETO DE LEI Nº 63/2013

Cria o Programa de Capacitação e Formação de Cuidador do Idoso.

A **Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Capacitação e Formação de Cuidador do Idoso.

Art. 2º - Serão beneficiadas por este programa pessoas interessadas, profissionais da saúde e estudantes de escola técnica da Saúde no âmbito do estado.

Art. 3º - São objetivos deste programa:

I- aumentar a cobertura, a concentração e a qualidade da formação de Cuidador do Idoso.

II- melhorar a qualidade de vida do idoso.

III - acesso às ações de planejamento familiar, garantindo acesso aos métodos dos cuidados com o idoso.

IV- diminuir os índices de mortalidade do idoso por maus tratos.

V- ampliar as ações de detecção precoce e controle das enfermidades dos idosos.

Art. 4º - O programa será aplicado nas unidades de saúde do estado, ou em entidades de ensino, ou em parceria com a municipalidade.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O cenário de cuidado domiciliar prestado por familiares vem mudando nos últimos anos devido a mudanças sociais, históricas e políticas.

Algumas causas dessas mudanças:

- aumento de número de separações - o que poderá acarretar, no futuro, um grande número de idosos sozinhos ou com estruturas familiares complexas;

- instabilidade do mercado de trabalho,

- movimentos migratórios nacionais e internacionais em busca de oportunidade de trabalho.

Diante da situação atual algumas demandas são colocadas para a família, sociedade e poder público, no sentido de proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas que possuem alguma incapacidade na velhice.

A inclusão de cuidador de idosos na Classificação Brasileira

de Ocupações (CBO) ocorreu em 2002, sendo que as atribuições do cuidador formal referem-se de maneira geral à ajuda nos hábitos da vida diária, nos exercícios físicos, no uso da medicação, na higiene pessoal, nos passeios, na atenção afetiva e outros que essa atividade requeira.

A CBO descreve o cuidador formal como uma pessoa capacitada para auxiliar o idoso que apresenta limitações para realizar as atividades da vida cotidiana, fazendo um elo entre o idoso, a família e os serviços de saúde ou da comunidade, geralmente remunerado.

O perfil de cuidador formal não tem se aplicado à realidade brasileira. Para isso, torna-se necessário compreender a formação desses indivíduos e o espaço que esse ator social ocupa em diversos contextos.

Até o momento tem-se dado prioridade aos cursos de formação de cuidadores informais (como por exemplo: grupos de apoio), ficando relegada a segundo plano a formação de cuidadores formais, deixando uma lacuna que deve ser superada.

A existência de cuidadores, com ou sem preparo, oferecendo seus serviços às famílias ou Instituição de Longa Permanência para idosos é fato real e sua demanda tende a aumentar. Portanto, é urgente a necessidade de cursos para qualificar esses cuidadores.

No Brasil, a primeira experiência na organização de cuidadores de idosos ocorreu em 1998 por iniciativa da Secretaria de Estado da Assistência Social do Ministério de Previdência e Assistência Social em colaboração da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e sob a responsabilidade do Departamento de Enfermagem Geral e Especializada da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP. Foi elaborado posteriormente o Programa Nacional de Cuidadores de idosos, criado pela Portaria Interministerial 5.153, de sete de abril de 1999, sendo este processo interrompido.

O projeto piloto foi desenvolvido então em 2008 pela rede de escolas técnicas do SUS-ETSUS e, em 2009, foi lançado efetivamente.

As escolas que participaram do projeto piloto foram em Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Acre e Blumenau.

O aumento expressivo e progressivo da população idosa tenta o resgate do papel do "cuidador". A complexidade cada vez maior da organização das sociedades reforça a necessidade de preparo e aprendizado específicos para exercer esse papel. O cuidador deve possuir atividade profissional condizente com a capacidade de desenvolver ações naquilo que o outro não pode mais fazer por si só.

Em países desenvolvidos, a figura do cuidador já é assimilada como parceira da equipe de saúde.

Enquanto que, no Brasil não existem dados sobre o contexto do "cuidado", o perfil dos cuidadores e as redes de apoio. As pesquisas produzidas concentram-se em dados da região Sudeste. Sabe-se que o que existe atualmente são experiências isoladas que tentam fornecer suporte e/ou capacitação ao grupo de cuidadores de idoso, por um tempo pré-determinado e desarticulado do sistema público.

Nesse sentido, a criação do Projeto Piloto do Programa Nacional de Qualificação de Cuidadores de Idosos Dependentes do Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social,

vem buscar preencher essa lacuna na assistência aos idosos e mostra-se como o início de uma política de formação que pretende cuidar de quem cuida e oferecer subsídios ao cuidador para que este possa estar capacitado para o "cuidado" do outro e de si próprio.

Em 2009, o Ministério da Saúde lançou efetivamente o Programa Nacional de Formação de Cuidadores de Idosos Dependentes a ser oferecido em 36 Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde em todo país. Foi lançado o Guia do Cuidador do Idoso. O manual trouxe noções práticas para profissionais e leigos. Foram distribuídos em todo país, em capitais e municípios com mais de 500 mil habitantes, em todas as coordenações estaduais de saúde do idoso, Escolas Técnicas de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS e Organizações não governamentais.

O envelhecimento muitas vezes é visto como um "acontecimento" que surge de forma inesperada. Isso indica que ninguém se prepara verdadeiramente ou totalmente para estar na velhice, sendo pego de surpresa. Então questiono: como esse fato se inscreve na influência do cuidar e do envelhecer?

Atualmente, a população idosa do Brasil representa um contingente de quase 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais ou mais de idade (8,6% da população brasileira) contra cerca de 11 milhões em 1991 (7,3% da população brasileira).

Nos últimos 40 anos, o Brasil passou de um perfil de saúde caracterizado pelas doenças infecto-contagiosas para um em que as enfermidades crônicas não transmissíveis são predominantes. Estas mudanças no perfil de saúde da população idosa trouxeram a necessidade de alterações nas formas de cidade dessa população e uma delas foi o retorno para a realização de atividades cotidianas.

As mudanças advindas do envelhecimento contribuem para que muitos idosos necessitem de alguém para auxiliá-los em atividades cotidianas. Dessa necessidade surge o resgate da figura do cuidador formal de idosos que em muitos casos passamos sob um olhar desatento e sem a devida qualificação, resultando em desgaste tanto para o idoso quanto para o cuidador. Este último demonstra maior dificuldade para lidar com os temas: morte, teimosia, demências, esquizofrenia, perda de memória, controle da alimentação, higiene oral e relacionamento com familiares do idoso.

Conclui-se, portanto, que os cuidadores formais estão mais propensos a pensar no envelhecimento e pelo fato de cuidarem de idosos, o que torna URGENTE a Criação de uma política de preparação de recursos humanos na área de geriatria e gerontologia que qualifiquem estes CUIDADORES DE IDOSOS e principalmente no seu auto-cuidado afim de que este ator social seja capaz de sair da invisibilidade e possa pensar e gerir o seu envelhecimento de forma saudável.

O cenário de cuidado domiciliar prestado por familiares vem mudando nos últimos anos devido a mudanças sociais, históricas e políticas.

Tal Programa torna-se extremamente urgente, uma vez que constatamos a real necessidade da inclusão do cuidador de idoso como responsável técnico da saúde e que seja dada a devida atenção aos municípios tocantinsenses preparando-o para a formação de enfermeiros e/ou cuidador.

Com esta finalidade é que solicitamos a criação de um Programa de formação e capacitação de cuidadores de idosos no Governo do Estado do Tocantins, com a parceria da Secretaria da Saúde e

Escolas Técnicas e, neste íterim, aguardamos a aprovação da iniciativa pelos Nobres Parlamentares.

Sala das Sessões, aos 08 dias do Mês de Maio de 2013

Wanderlei Barbosa
DEPUTADO ESTADUAL

PROJETO DE LEI N.º 66/2013

“Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Chacareiros e Moradores do Reassentamento do Luzimangues, localizada no município de Porto Nacional”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:

Art 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Chacareiros e Moradores do Reassentamento do Luzimangues, localizada no município de Porto Nacional.

Art 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Honrosamente submeto à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação dos Chacareiros e Moradores do Reassentamento do Luzimangues, com sede e foro na Vila Luzimangues, distrito de Porto Nacional, neste Estado. É uma Entidade, sem fins lucrativos ou econômicos, tendo como principal finalidade, promover ações sociais, de saúde, de educação formal e não formal, a defesa do meio ambiente, desenvolvimento rural, apoio à infância, à juventude e aos idosos, distribuindo aos mesmos, gratuitamente, benefícios alcançados junto aos órgãos municipais, estaduais, federais, iniciativa privada e Ong's. Além do bem-estar social, econômico e cultural da comunidade daquela região.

A Associação também funciona como órgão representativo dos proprietários de chácaras e moradores do reassentamento do Luzimangues, trabalhando sempre dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Considerando os objetivos dessa Associação na tutela e na propagação da filantropia, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2013.

José Geraldo
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI N.º 67/2013

Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, dos estabelecimentos que comercializarem produtos em cuja fabricação tenha havido, em qualquer de suas etapas de industrialização, condutas que configurem redução de pessoa a condição análoga à de escravo.

Art. 2º - O descumprimento do disposto no artigo 1º será apurado na forma estabelecida pela Secretaria de Estado da Fazenda, assegurado o regular procedimento administrativo ao interessado.

Art. 3º - Esgotada a instância administrativa, o Poder Executivo divulgará, através do Diário Oficial do Estado, a relação nominal dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta Lei, fazendo constar, ainda, os respectivos números do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, endereços de funcionamento e nome completo dos sócios.

Art. 4º - A cassação da eficácia da inscrição do cadastro de contribuintes do ICMS, prevista no artigo 1º, implicará aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em conjunto ou separadamente, do estabelecimento penalizado:

I - o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;

II - a proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa, no mesmo ramo de atividade;

§ 1º - As restrições previstas nos incisos prevalecerão pelo prazo de dez anos, contados da data de cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes de ICMS.

§ 2º - Caso o contribuinte seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a cassação da eficácia da sua inscrição do cadastro de contribuintes do ICMS, prevista no artigo 1º, implicará cumulativamente:

I - Na perda do direito ao recebimento de créditos do Tesouro do Estado;

II - No cancelamento dos créditos já calculados ou liberados.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Na tentativa de conter o avanço da escravidão contemporânea no Estado do Tocantins, apresentamos o presente Projeto de Lei, que visa coibir de todas as maneiras o comércio de produtos em cuja fabricação tenha havido, em qualquer de suas etapas de confecção, condutas que favoreçam ou configurem a exploração do trabalho em condições análogas à escravidão. A configuração do trabalho escravo não exige especificamente que um ser humano seja submetido à propriedade de outro, como nos tempos da escravidão, o trabalho escravo contemporâneo tem conceito complexo, porém para sua configuração é suficiente que existam na relação de trabalho alguns elementos que afrontem a dignidade dos cidadãos. Faz parte de nossa luta a defesa constante aos direitos humanos e a proteção da dignidade dos trabalhadores

urbanos e rurais, propondo assim a criação de instrumento legal de controle, com adoção de política pública para reprimir a ocorrência de trabalho escravo ou em condições análogas. Dessa forma, espero contar com o apoio dos Nobres Colegas para a aprovação do presente Projeto de Lei, ante a relevância da matéria ora apresentada.

Sala das Sessões, 14 de março de 2013

Amália Santana
DEPUTADA ESTADUAL

Atas das Sessões Plenárias

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

7.ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINARIA

EM 14 DE MAIO DE 2013

Às dez horas e vinte minutos, do dia quatorze de maio de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: José Augusto, Amália Santana, Jorge Frederico Stalin e Carlão da Saneatins. Estavam ausentes os Senhores Deputados: José Bonifácio e Freire Júnior. O Senhor Presidente, Deputado Jose Augusto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, lidas e aprovadas foram subscritas pelos membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se a Distribuição de Matérias. O Senhor Deputado Stalin Bucar foi nomeado relator dos Processos números: 243/2013 e 244/2013. Na Devolução de Matérias, foram devolvidos os Processos números: 202/2013 Deputada Amália Santana e 221/2013, Deputado Eli Borges. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos relatores, referentes aos Processos acima mencionados, os quais foram encaminhados ao Plenário para deliberação. Em seguida o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

7.ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINARIA

EM 14 DE MAIO DE 2013

Às dez horas e vinte minutos, do dia quatorze de maio de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: José Augusto, Amália Santana, e Carlão da Saneatins. Estavam ausentes os Senhores Deputados: José Bonifácio, Jorge Frederico e Freire Júnior. O Senhor Presidente, Deputado Jose Augusto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com aquiescência dos membros presentes foi transferida para a Reunião subsequente. No expediente foi lido o ofício nº 04/2013 de autoria do Senhor Deputado José Augusto, encaminhando ao Senhor Flávio Peixoto

da Silveira, em que solicita o encaminhamento a esta Comissão, o detalhamento dos recursos utilizados por cada Secretaria de Estado, no exercício de 2012, já considerando o pedido para os três quadrimestres de 2013, em relação às despesas com pessoal, custeio e investimentos, para que possamos aferir o resultado final. Em seguida o Senhor Presidente colocou o expediente em deliberação, o qual foi aprovado e encaminhado a secretaria para providenciar. Logo após passou-se a Distribuição de Matérias. O Senhor Deputado Carlão da Saneatins foi nomeado relator do Processo número, 235/2013. Na Devolução de Matérias, foram devolvidos os Processos números: 243/2013 e 244/2013. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos relatores referentes aos Processos acima mencionados, os quais foram encaminhados ao Plenário para deliberação. Em seguida o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

EM 03 DE ABRIL DE 2013

Às dezessete horas e dezoito minutos, do dia três de abril de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Zé Roberto, José Bonifácio e Eli Borges. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, lida e aprovada foi subscrita pelos membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se a Distribuição de Matérias. Foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Processo número, 170/2013; Eduardo do Dertins, Processo número, 171/2013; Osires Damaso, Processo número, 169/2013; Zé Roberto, Processo número, 172/2013. Na Devolução de Matérias, foi devolvido o Processo número: 608/201, pelo Deputado Eduardo do Dertins. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do Processo acima mencionado, o qual foi encaminhado ao Plenário para deliberação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando Reunião Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

EM 03 DE ABRIL DE 2013

Às dezessete horas e trinta minutos, do dia três de abril de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eli Borges, Amélio Cayres, Zé Roberto, Eduardo do Dertins, José Bonifácio e Carlão da Saneatins. Estava ausente o Senhor Deputado: Osires Damaso. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das

Reuniões anteriores que, lidas e aprovadas foram subscrita pelos membros presentes. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se a Devolução de Matérias. O Senhor Deputado Amélio Cayres, devolveu o Processo número, 165/2013. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do relator do Processo acima mencionado, o qual foi encaminhado ao Plenário para deliberação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

EM 02 DE MAIO DE 2013

Às dez horas e dezoito minutos, do dia dois de maio de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eli Borges, Amélio Cayres e Eduardo do Dertins. Estavam ausentes os senhores Deputados; Zé Roberto e Osires Damaso. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, aquiescência dos membros presentes foi transferida para reunião subsequentes. Não havendo Expediente. Passou-se Distribuição de Matérias; O Deputado Amélio Cayres avocou os a relatoria dos processos números: 202/2013, 206/2013 e 221/2013; o Deputado Eduardo do Dertins foi nomeado relator do processo número 220/2013; o Deputado Osires Damaso foi nomeado relator dos processos números: 204/2013 e 219/2013. Não havendo Devolução de Matérias o senhor Presidente encerrou a reunião convocando outra para dia hora regimental. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

EM 07 DE MAIO DE 2013

Às doze horas e trinta e seis minutos, do dia sete de maio de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eli Borges, Amélio Cayres, Zé Roberto, Eduardo do Dertins. Estava ausente o senhor Deputado; Osires Damaso. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com aquiescência dos membros presentes foi transferida para reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias. Passou-se a Devolução de Matérias o Deputado Amélio Cayres devolveu os processos número: 202/2013 e 221/2013; o Deputado Eduardo do Dertins devolveu o processo número 220/2013; e o Deputado Osires Damaso devolveu o processo número: 204/2013 e 219/2013; Na Ordem do Dia foi concedido Vistas dos Processos números: 202/2013, 204/2013 e 221/2013 ao Deputado Zé Roberto; e Vistas do processo numero 220/2013 ao Deputado Eli Borges. O processo número 219/2013 foi aprovado o parecer do relator e encaminhado a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle. Encerrada a votação dos pareceres o senhor

Presidente encerrou a reunião convocando outra para dia e hora regimental. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

EM 08 DE MAIO DE 2013

Às dezoito horas e vinte e cinco minutos, do dia oito de maio de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eli Borges, Amélio Cayres, Zé Roberto, Eduardo do Dertins, José Bonifácio, Amália Santana e Carlão da Saneatins. Estava ausente o senhor Deputado; Osires Damaso. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com aquiescência dos membros presentes foram transferidas para reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se a Distribuição de Matérias. Foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Amélio Cayres Processo número, 234/2013 e Eli Borges Processo número, 235/2013. Na Devolução de Matérias, foram devolvidos os Processos números: 220/2013, que estava com vista ao Senhor Deputado Eli Borges, sem parecer de vista e 202/2013, 204/2013 e 221/2013, que estavam com vistas ao Senhor Deputado Zé Roberto. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do relator do Processo número, 220/2013, com voto contrário do Senhor Deputado Eli Borges, o qual foi encaminhado ao Plenário para deliberação; os Processos números, 202/2013 e 221/2013, aprovados o parecer do relator e encaminhados a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle para parecer de mérito e, o Processo número, 204/2013, aprovado o parecer do relator e encaminhado a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, para parecer de mérito Encerrada a votação dos pareceres o senhor Presidente encerrou a reunião convocando outra para dia hora regimental. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

EM 14 DE MAIO DE 2013

Às treze horas e vinte minutos, do dia quatorze de maio de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eli Borges, Amélio Cayres, Osires Damaso, Amália Santana e Carlão da Saneatins. Estavam ausentes os senhores Deputados: Zé Roberto e Eduardo do Dertins. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com aquiescência dos membros presentes foram transferidas para reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se a Distribuição de Matérias. Foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Zé Roberto, Processos números: 226/2013 e 253/2013, 266/2013 e renomeado o Processo número, 779/2011; Eli Borges, Processos números:

227/2013, 228/2013, 229/2013, 251/2013, 254/2013, 256/2013, Amélio Cayres, Processos números: 230/2013, 232/2013, 233/2013, 236/2013, 238/2013, 257/2013 e 265/2013; Eduardo do Dertins, Processos números: 237/2013, 239/2013, 240/2013, 241/2013, 255/2013 e 259/2013; José Bonifácio, Processos números: 242/2013, 260/2013 e 264/2013 e Osires Damaso, Processos número: 252/2013 e 258/2013. Na Devolução de Matérias, foram devolvidos os Processos números: 206/2013 e 234/2013 e 235/2013, Deputado Eli Borges. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do relator do Processo número, 235/2013, o qual foi encaminhado a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle. Em seguida o Senhor Presidente concedeu vistas dos Processos números: 206/2013 e 234/2013. Logo após o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE;
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA SEXTA REUNIÃO CONJUNTA

EM 13 DE MARÇO DE 2013

Às doze horas e oito minutos, do dia treze de março de dois mil e treze, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: José Augusto, José Bonifácio, Amália Santana, Freire Junior, Stalin Bucar, Zé Roberto, Eduardo do Dertins, Iderval Silva, Luana Ribeiro, Solange Duailibe, Marcello Lelis, Eli Borges e Amélio Cayres. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Jorge Frederico e Osires Damaso. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, lida e aprovada foi subscrita pelos membros presentes. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. Foram devolvidos os Processos números: 54/2013, Deputado Marcello Lelis; 65/2013 Zé Roberto; 106/2013, José Bonifácio e Processo número 67/2013, que estava com vista ao Senhor Deputado Eli Borges. Na Ordem do Dia, foram lidos os pareceres dos relatores dos processos acima mencionados e também dos Processos números: 63/2013, 66/2013 e 68/2013. O Processo número 67/2013 foi aprovado e encaminhado ao Plenário. O Processo número 68/2013 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Saúde e Meio Ambiente. O Senhor Presidente concedeu vistas, pelo prazo regimental, dos Processos números: 54/2013 e 66/2013, Deputado Eli Borges; 63/2013 e 65/2013, Deputada Luana Ribeiro. O Senhor Presidente, atendendo à solicitação do Senhor Deputado José Bonifácio, encaminhou o Processo número 106/2013 à Procuradoria Jurídica deste Poder, para parecer técnico. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a presente e convocou Reunião para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE;
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO CONJUNTA

EM 24 DE ABRIL DE 2013

Às treze horas, do dia vinte e quatro de abril de dois mil e treze, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenário do Parlamento Popular em Araguatins, com a presença dos Senhores Deputados: José Augusto, José Bonifácio, Amália Santana, Freire Junior, Stalin Bucar, Zé Roberto, Eduardo do Dertins, Iderval Silva, Luana Ribeiro, Solange Duailibe, Jorge Frederico, Marcello Lelis, e Amélio Cayres. Estava ausente o Senhor Deputado: Eli Borges. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com aquiescência dos membros presentes foi transferida para reunião subsequente. Não havendo Expediente. Passou-se a Distribuição de Matérias, o senhor Deputado Marcello Lelis foi nomeado relator do processo numero 215/2013. Não havendo Devolução de Matérias, nem Ordem do Dia a ser deliberada o Senhor Presidente encerrou a presente reunião e convocou outra para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE;
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA OITAVA REUNIÃO CONJUNTA

EM 24 DE ABRIL DE 2013

Às treze horas e cinco minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e treze, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenário do Parlamento Popular em Araguatins, com a presença dos Senhores Deputados: José Augusto, José Bonifácio, Amália Santana, Freire Junior, Stalin Bucar, Zé Roberto, Eduardo do Dertins, Iderval Silva, Luana Ribeiro, Solange Duailibe, Jorge Frederico, Marcello Lelis, e Amélio Cayres. Estava ausente o Senhor Deputado: Eli Borges. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com aquiescência dos membros presentes foram transferidas para reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias. Passou-se a Devolução de Matérias o senhor Deputado Marcello Lelis devolveu o processo numero 215/2013 devidamente relatado. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do relator do processo acima mencionado e encaminhado ao Plenário. Em seguida o senhor Presidente encerrou a reunião convocando outra para dia e hora regimental. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE;
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA NONA REUNIÃO CONJUNTA

EM 25 DE ABRIL DE 2013

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e treze, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenário do Parlamento Popular em Araguatins, com a presença dos Senhores Deputados: José Augusto, José Bonifácio, Amália Santana, Freire Junior, Stalin Bucar, Zé Roberto, Eduardo do Dertins, Iderval Silva, Luana Ribeiro, Solange Duailibe, Jorge Frederico, Marcello Lelis, e Amélio Cayres. Estava ausente o Senhor Deputado: Eli Borges. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com aquiescência dos membros presentes foram transferidas para reunião subsequente. Não havendo Expediente. Passou-se a Distribuição de Matérias. O senhor Presidente Deputado Amélio Cayres avocou relatoria do processo numero 216/2013. Na havendo matérias a serem devolvidas e Ordem do Dia a ser deliberada o senhor Presidente encerrou a reunião convocando outra para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE;
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO CONJUNTA

EM 25 DE ABRIL DE 2013

Às nove horas e quarenta cinco minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e treze, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenário do Parlamento Popular em Araguatins, com a presença dos Senhores Deputados: José Augusto, José Bonifácio, Amália Santana, Freire Junior, Stalin Bucar, Zé Roberto, Eduardo do Dertins, Iderval Silva, Luana Ribeiro, Solange Duailibe, Jorge Frederico, Marcello Lelis, e Amélio Cayres. Estava ausente o Senhor Deputado: Eli Borges. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com aquiescência dos membros presentes foram transferidas para reunião subsequente. Não havendo Expediente e e matérias a serem distribuídas. Passou-se Devolução de Matérias, o senhor Deputado Amélio Cayres devolveu o processo numero 216/2013 devidamente relatado. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do relator do processo acima mencionado e encaminhado ao Plenário. O senhor Presidente encerrou a reunião convocando

outra para dia e hora regimental. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Atos Administrativos

PORTARIA N.º 074/2013 – P

* Republicado por incorreção

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 306, de 4 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR na Coordenadoria de Medicina e Odontologia, a servidora **Celijane Abreu Pereira Ferreira**, matrícula n.º 827481-9, Auxiliar de Enfermagem, integrante do quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde, cedida para este Poder Legislativo, através do Ato n.º 662 – CSS, de 05 de abril de 2013, no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2013, com ônus para o órgão de origem.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 09 dias do mês de abril de 2013.

Deputado **SANDOVAL CARDOSO**
Presidente

PORTARIA N.º 102/2013 – DG

* Republicado por incorreção

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 62, IX, da Resolução n.º 289, de 12 de maio 2011, com base no Art. 2º, do Decreto Administrativo n.º 087, de 20 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o pagamento de 50% do décimo terceiro salário a título de adiantamento ao servidor **João Pedro Alves de Brito**, matrícula n.º 156, Assistente Legislativo Especializado - TC, por ocasião do aniversário no mês de junho de 2013.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 06 dias do mês de maio de 2013.

Joaquim Carlos Parente Júnior
Diretor-Geral

PORTARIA N.º 115/2013 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 62, IX, da Resolução n.º 289, de 12 de maio 2011, com base no Art. 2º, do Decreto Administrativo n.º 087, de 20 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o pagamento de 50% do décimo terceiro salário a título de adiantamento à servidora **Maria Selene Rocha Miranda**, matrícula n.º 51, Auxiliar Legislativo -

Telefonia, por ocasião do aniversário no mês de junho de 2013.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de maio de 2013.

Joaquim Carlos Parente Júnior
Diretor-Geral

PORTARIA N.º 116/2013 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 62, IX, da Resolução n.º 289, de 12 de maio 2011, com base no Art. 2º, do Decreto Administrativo n.º 087, de 20 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o pagamento de 50% do décimo terceiro salário a título de adiantamento à servidora **Patrícia Maria de Assis do Nascimento Santos**, matrícula n.º 817, Consultor Legislativo - Jornalista, por ocasião do aniversário no mês de julho de 2013.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de maio de 2013.

Joaquim Carlos Parente Júnior
Diretor-Geral

PORTARIA N.º 117/2013 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 61, da Resolução n.º 306, de 4 de julho de 2012 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 6º da Portaria n.º 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria n.º 100-DG, de 06 de maio de 2013, para fazer constar o primeiro período do gozo: de 05/08/2013 a 19/08/2013.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de maio de 2013.

Joaquim Carlos Parente Júnior
Diretor-Geral

PORTARIA N.º 118/2013 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 61, da Resolução n.º 306, de 4 de julho de 2012 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 6º da Portaria n.º 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR as férias legais do servidor **Pedro Paulo Ferreira**, matrícula n.º 138, Auxiliar Legislativo Especializado - Motorista, referente ao período aquisitivo de 01/03/2012 a

28/02/2013, de 08/07/2013 a 06/08/2013, para gozá-la em dois períodos: o primeiro de 15/07/2013 a 29/07/2013 e o segundo de 02/12/2013 a 16/12/2013.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de maio de 2013.

Joaquim Carlos Parente Júnior
Diretor-Geral

PORTARIA N.º 119/2013 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 61, da Resolução n.º 306, de 4 de julho de 2012 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 6º da Portaria n.º 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR as férias legais do servidor **Elionardo Batista Costa**, matrícula n.º 638, Coordenador de Transporte, referente ao período aquisitivo de 01/04/2012 a 31/03/2013, de 03/06/2013 a 02/07/2013, para gozá-la em dois períodos: o primeiro de 01/06/2013 a 15/06/2013 e o segundo de 02/01/2014 a 16/01/2014.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de maio de 2013.

Joaquim Carlos Parente Júnior
Diretor-Geral

PORTARIA N.º 120/2013 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 61, da Resolução n.º 306, de 4 de julho de 2012 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 6º da Portaria n.º 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o primeiro período das férias legais da servidora **Gercilene Gomes Leite**, matrícula n.º 258, Assistente Legislativo Administrativo, referente ao período aquisitivo de 01/07/2012 a 30/06/2013, de 01/07/2013 a 15/07/2013, para gozá-la no período de 22/07/2013 a 05/08/2013.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de maio de 2013.

Joaquim Carlos Parente Júnior
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 121/2013 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 62, IX, da Resolução n.º 289, de 12 de maio 2011, com base no Art. 2º, do Decreto Administrativo n.º 087, de 20 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o pagamento de 50% do décimo terceiro salário a título de adiantamento ao servidor **Silvane Pereira da Silva**, matrícula n.º 63, Auxiliar Legislativo - OR, por ocasião do aniversário no mês de julho de 2013.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de maio de 2013.

Joaquim Carlos Parente Júnior
Diretor-Geral

Balancete Analítico (Valores em Reais)				Folha: 00001	
ASSOC SERV DA ASSEMB LEG EST TOC ASLETO (0048)				NIRE: 2826	
CNPJ/CPF	: 33.564.717/0001-15			Emitido em: 31/12/2012	
End.	: PRACA DOS GIRASSOIS, PALACIO DEP. JOAO DAVILA 1 - NO-CENTRO - CEP: 77001-970			Dt.Registro: 10/05/1994	
Município	: PALMAS	UF:	TO		
Período	: Janeiro a Dezembro de 2012			Data do encerramento: 31/12/2012	

Acesso	Classificador	Nome da Conta	C/C Saldo Inicial	Mov. Debito	Mov. Credito	Saldo Final
10000	1000000000	ATIVO	1.333.710,71 D	2.907.330,54	2.739.506,84	1.501.534,41 D
11000	1100000000	ATIVO CIRCULANTE	30.192,40 D	2.733.457,48	2.736.844,59	26.805,29 D
11100	1101000000	DISPONIVEL	27.119,38 D	2.729.044,82	2.732.435,22	23.728,98 D
11110	1101010000	CAIXA GERAL	290,35 D	0,00	0,64	289,71 D
11111	1101010100	CAIXA	290,35 D	0,00	0,64	289,71 D
11120	1101020000	BANCO C/ MOVIMENTO	9.393,86 D	2.710.971,16	2.702.858,53	17.506,49 D
11122	1101020200	BANCO DO BRASIL S/A	8.632,38 D	2.710.971,16	2.702.631,73	16.971,81 D
11140	1101022000	BANCO DO BRASIL S/A 9270-3	761,48 D	0,00	226,80	534,68 D
11190	1101040000	APLICACOES FINACEIRAS	17.435,17 D	18.073,66	29.576,05	5.932,78 D
11192	1101040200	BANCO DO BRASIL 42.347-5	17.435,17 D	0,00	17.435,17	0,00
11232	1101041800	BANCO DO BRASIL S/A -31258-4	0,00	18.073,66	12.140,88	5.932,78 D
11200	1102000000	REALIZAVEL A CURTO PRAZO	3.073,02 D	4.412,66	4.409,37	3.076,31 D
11219	1102010000	APLICACAO CADERNETA POUPANCA	64,88 D	4,17	0,88	68,17 D
11220	1102010100	BANCO DO BRASIL S/A	64,88 D	4,17	0,88	68,17 D
11201	1102020000	IMPOSTOS A RECUP. OU COMPENSAR	380,13 D	0,00	0,00	380,13 D
11208	1102020700	PCC	380,13 D	0,00	0,00	380,13 D
11210	1102040000	VALORES A RECEBER	0,00	60,00	60,00	0,00
11213	1102040200	DEPOSITOS BLOQUEADOS	0,00	60,00	60,00	0,00
11270	1102070000	ADIANTAMENTOS	0,00	4.348,49	4.348,49	0,00
11276	1102070600	ADIANT. 13º SALARIO	0,00	1.232,06	1.232,06	0,00
11277	1102070700	ADIANT. FERIAS	0,00	3.116,43	3.116,43	0,00
11290	1102090000	DESP. EXERC. SEG. PG. ANTECIPADAS	2.628,01 D	0,00	0,00	2.628,01 D
11296	1102090600	DEPOSITO JUDICIAL	2.628,01 D	0,00	0,00	2.628,01 D
13000	1400000000	ATIVO PERMANENTE	1.303.518,31 D	173.873,06	2.662,25	1.474.729,12 D
13300	1403000000	IMOBILIZADO	1.305.394,64 D	173.873,06	0,00	1.479.267,70 D
13301	1403010000	TERRENOS	11.046,66 D	0,00	0,00	11.046,66 D
13303	1403030000	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.740,00 D	0,00	0,00	2.740,00 D
13304	1403040000	MOVEIS E UTENSILIOS	14.697,00 D	1.499,00	0,00	16.196,00 D
13312	1403120000	CONSTRUCAO EM ANDAMENTO	1.274.975,98 D	168.074,06	0,00	1.443.050,04 D
13313	1403130000	COMPUTADORES E PERIFERICOS	1.935,00 D	0,00	0,00	1.935,00 D
13316	1403160000	APARELHOS ELETRO-ELETRONICOS	0,00	4.300,00	0,00	4.300,00 D
13400	1404000000	DEPRECIACAO ACUMULADA	1.876,33 C	0,00	2.662,25	4.538,58 C
13401	1404010000	DEPR. ACUM.-COMPUTADORES E PER.	967,45 C	0,00	387,00	1.354,45 C
13403	1404030000	DEPR. ACUM.-MAQ. E EQUIPAMENTOS	863,96 C	0,00	274,00	937,96 C
13404	1404040000	DEPR. ACUM.-MOVEIS E UTENSILIOS	244,92 C	0,00	1.607,10	1.852,02 C
13411	1404110000	DEPR. ACUM.-APARELHOS ELETRON.	0,00	0,00	394,15	394,15 C

Balancete Analítico (Valores em Reais)				Folha: 00002	
ASSOC SERV DA ASSEMB LEG EST TOC ASLETO (0048)				NIRE: 2826	
CNPJ/CPF	: 33.564.717/0001-15			Emitido em: 31/12/2012	
End.	: PRACA DOS GIRASSOIS, PALACIO DEP. JOAO DAVILA 1 - NO-CENTRO - CEP: 77001-970			Dt.Registro: 10/05/1994	
Município	: PALMAS	UF:	TO		
Período	: Janeiro a Dezembro de 2012			Data do encerramento: 31/12/2012	

Acesso	Classificador	Nome da Conta	C/C Saldo Inicial	Mov. Debito	Mov. Credito	Saldo Final
20000	2000000000	PASSIVO	1.333.710,71 C	650.193,05	818.016,75	1.501.534,41 C
21000	2100000000	PASSIVO CIRCULANTE	26.307,79 C	477.944,87	470.125,47	18.488,39 C
21100	2101000000	OBRIGACOES GERAIS A PAGAR	3.051,44 C	49.487,02	49.777,31	3.341,73 C
21101	2101010000	OBRIGACOES TRABALHISTAS	1.810,44 C	34.735,72	34.907,90	1.982,62 C
21258	2101010100	SALARIOS	1.810,44 C	27.772,19	27.944,37	1.982,62 C
21261	2101010300	FÉRIAS	0,00	3.385,00	3.385,00	0,00
21262	2101010400	13º SALARIO	0,00	2.464,11	2.464,11	0,00
21263	2101010500	RESCISOES	0,00	1.114,42	1.114,42	0,00

21250	2101020000	ENCARGOS SOCIAIS	1.241,00 C	14.751,30	14.869,41	1.359,11 C	54154	5101040500	BAR SEDE CAMPESTRE	0,00	41.642,17	0,00	41.642,17 D
21251	2101020100	INSS S/ SALARIOS	770,37 C	11.936,85	12.039,28	872,80 C	54158	5101040600	BENS DE PEQUENO VALOR	0,00	2.175,32	0,00	2.175,32 D
21252	2101020200	F G T S	267,88 C	2.606,22	2.634,03	295,69 C	54125	5101040900	CONTRIB. ASSOCIACOES DE CLASSE	0,00	155,00	0,00	155,00 D
21254	2101020300	CONT. SINDICAL	72,96 C	78,44	78,44	72,96 C	54126	5101041000	CONTRIBUICOES E DOACOES	0,00	1.450,00	0,00	1.450,00 D
21527	2101020600	INSS SERVICOS DE TERCEIROS	129,79 C	129,79	0,00	0,00	54124	5101041100	COPIAS ENCAD. E AUTENTICACOES	0,00	52,00	0,00	52,00 D
21257	2101020700	CONTRIB. ASSISTENCIAL	0,00	0,00	117,66	117,66 C	54156	5101041400	DEPRECIACAO	0,00	2.662,25	0,00	2.662,25 D
21350	2105000000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.907,99 C	16.811,17	13.982,27	79,09 C	54131	5101041600	ENERGIA ELETRICA	0,00	8.286,91	0,00	8.286,91 D
21351	2105010000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.907,99 C	16.811,17	13.982,27	79,09 C	54152	5101041700	ESPORTES E LAZER	0,00	1.821,58	0,00	1.821,58 D
21253	2105010200	PIS S/FOLHA	44,66 C	323,43	325,74	46,97 C	54151	5101041800	EVENTOS,FEST. E COMEMORACOES	0,00	36.465,81	0,00	36.465,81 D
21260	2105010500	IRRF S/SERVICO PESSOA JURIDICA	127,38 C	5.683,68	5.569,50	13,20 C	54139	5101042300	MANUTENCAO CONS. E REPAROS	0,00	6.251,46	0,00	6.251,46 D
21363	2105011200	IRRF S/ SALARIOS	20,70 C	48,86	28,16	0,00	54143	5101042400	MATERIAL ARTIGOS P/ ESCRITORIO	0,00	1.034,45	0,00	1.034,45 D
21364	2105011300	Cofins/Pis/C.Social Retido	0,02 C	2.119,43	2.119,41	0,00	54134	5101042500	MATERIAL DE CONSUMO E LIMPEZA	0,00	10.220,39	0,00	10.220,39 D
21365	2105011400	ISSQN RETIDO	22,33 C	6.054,26	5.939,46	92,47 D	54129	5101043500	SERVICOS DE TERCEIROS - PF	0,00	3.120,00	0,00	3.120,00 D
21366	2105011500	INSS RETIDO P.JURIDICA	2.692,90 C	2.581,51	0,00	111,39 C	54130	5101043600	SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	0,00	20,00	0,00	20,00 D
21500	2106000000	FORNECEDORES	10.253,11 C	306.619,00	296.365,89	0,00	54142	5101044000	VALE TRANSPORTE	0,00	2.128,00	0,00	2.128,00 D
21501	2106010000	BILHARES BANBUZINHO	7.500,00 C	7.500,00	0,00	0,00	54199	5101044300	OUTRAS	0,00	253,88	0,00	253,88 D
21501	2106010000	COFER COMERCIO DE FE	1.244,12 C	5.001,41	3.757,29	0,00	54206	5101044900	COMUNICACAO	0,00	300,00	0,00	300,00 D
21501	2106010000	PRINCE COM. AUDIO IN	0,00	4.300,00	4.300,00	0,00	54208	5101045100	CONSORCIO ENTRE AMIGOS	0,00	112.043,99	0,00	112.043,99 D
21501	2106010000	SPORT CENTER	0,00	1.090,00	1.090,00	0,00	54210	5101045300	CONVENIO UNIMED	0,00	1.113.535,81	0,00	1.113.535,81 D
21501	2106010000	UNIMED PALMAS COOP T	0,00	287.218,60	287.218,60	0,00	54211	5101045400	CONVENIOS	0,00	113.914,38	0,00	113.914,38 D
21501	2106010000	WTEC MOVEIS	1.508,99 C	1.508,99	0,00	0,00	54220	5101046300	INTERNET	0,00	244,04	0,00	244,04 D
21450	2107000000	EMPRESTIMO E FINANCIAMENTO	10.095,25 C	105.027,68	110.000,00	15.067,57 C	54226	5101046900	DESPESAS CARTORAIS	0,00	123,78	0,00	123,78 D
21451	2107010000	EMPRESTIMOS DIVERSOS	95,25 C	5.027,68	10.000,00	5.067,57 C	54252	5101047100	BRASIL CARD CARTOES	0,00	905.929,63	0,00	905.929,63 D
21455	2107010100	DIVERSOS	95,25 C	5.027,68	10.000,00	5.067,57 C	54255	5101047400	MANUTENCAO DE JARDIM	0,00	88,90	0,00	88,90 D
21460	2107600000	EMPRESTIMOS BANCARIOS	10.000,00 C	10.000,00	0,00	0,00	55900	5106000000	DESPESAS OPERAC. FINANCEIRAS	0,00	1.281,79	0,00	1.281,79 D
21461	2107600100	BANCO DO BRASIL SA	10.000,00 C	10.000,00	0,00	0,00	56000	5106010000	DESPESAS TRIBUTARIAS	0,00	1.281,79	0,00	1.281,79 D
21470	2107700000	CONTAS P/CONCILIACAO BANCARIA	0,00	90.000,00	100.000,00	10.000,00 C	56113	5106010500	IR SOBRE APLICACAO FINANCEIRA	0,00	150,14	0,00	150,14 D
21471	2107700100	BANCO DO BRASIL SA	0,00	90.000,00	100.000,00	10.000,00 C	56105	5106010700	PIS SOBRE A FOLHA DE PGTO	0,00	325,74	0,00	325,74 D
24000	2500000000	PATRIMONIO LIQUIDO	1.307.402,92 C	172.248,18	347.891,28	1.483.046,02 C	57101	5106010900	MULTAS FISCAIS	0,00	727,51	0,00	727,51 D
24500	2509000000	SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO	1.307.402,92 C	172.248,18	347.891,28	1.483.046,02 C	56104	5106011200	TAXA LINCENCA FUNCIONAMENTO	0,00	78,40	0,00	78,40 D
24501	2509010000	SUPERAVIT DO EXERCICIO	0,00	172.248,18	172.248,18	0,00	57000	5107000000	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	1.552,74	0,00	1.552,74 D
24503	2509030000	SUPERAVIT ACUMULADOS	1.307.402,92 C	0,00	175.643,10	1.483.046,02 C	57001	5107010000	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	1.552,74	0,00	1.552,74 D

Folha: 00003

NIRE: 2826

Emitido em: 31/12/2012

Dt.Registro: 10/05/1994

Balancete Analítico (Valores em Reais)

ASSOC SERV DA ASSEMB LEG EST TOC ASLETO (0048)	
CNPJ/CPF	: 33.564.717/0001-15
End.	: PRACA DOS GIRASSOIS, PALACIO DEP. JOAO DAVILA 1 -NO-CENTRO - CEP: 77001-970
Município	: PALMAS UF: TO
Período	: Janeiro a Dezembro de 2012 Data do encerramento: 31/12/2012

Acesso	Classificador	Nome da Conta	C/C Saldo Inicial	Mov. Debito	Mov. Credito	Saldo Final
50000	5000000000	DESPESAS	0,00	2.600.978,27	3.190,11	2.597.788,16 D
51999	5100000000	DESPESAS DO EXERCICIO	0,00	2.600.978,27	3.190,11	2.597.788,16 D
54000	5101000000	DESPESAS OPER. ADMINISTRATIVAS	0,00	2.425.895,56	3.190,11	2.422.705,45 D
54100	5101010000	DESPESAS C/ SALARIOS	0,00	48.285,97	3.190,11	45.095,86 D
54101	5101010100	SALARIOS	0,00	28.158,35	0,00	28.158,35 D
54102	5101010200	13.o SALARIO	0,00	2.541,86	0,00	2.541,86 D
54103	5101010300	FERIAS	0,00	3.385,00	0,00	3.385,00 D
54104	5101010400	FERIAS INDENIZADAS	0,00	103,67	0,00	103,67 D
54105	5101010500	AVISO PREVIO INDENIZADO	0,00	5.521,57	0,00	5.521,57 D
54108	5101010700	HONORARIOS CONTABEIS	0,00	8.010,50	0,00	8.010,50 D
54162	5101011400	(-)VALE TRANSPORTE	0,00	0,00	1.066,56	1.066,56 C
54170	5101012000	ADC P/TEMPO DE SERVICO	0,00	565,02	0,00	565,02 D
54172	5101012200	(-)ASSISTENCIA MEDICA A EMPREG	0,00	0,00	2.123,55	2.123,55 C
54200	5101020000	ENCARGOS SOCIAIS	0,00	11.728,84	0,00	11.728,84 D
54106	5101020100	INSS S/ SALARIOS	0,00	9.094,81	0,00	9.094,81 D
54110	5101020200	F G T S	0,00	2.634,03	0,00	2.634,03 D
54250	5101040000	DESP. GERAIS ADMINISTRATIVAS	0,00	2.365.880,75	0,00	2.365.880,75 D
54121	5101040300	ALUGUEL MAQ. E EQUIPAMENTOS	0,00	1.833,00	0,00	1.833,00 D

Balancete Analítico (Valores em Reais)

ASSOC SERV DA ASSEMB LEG EST TOC ASLETO (0048)	
CNPJ/CPF	: 33.564.717/0001-15
End.	: PRACA DOS GIRASSOIS, PALACIO DEP. JOAO DAVILA 1 -NO-CENTRO - CEP: 77001-970
Município	: PALMAS UF: TO
Período	: Janeiro a Dezembro de 2012 Data do encerramento: 31/12/2012

Acesso	Classificador	Nome da Conta	C/C Saldo Inicial	Mov. Debito	Mov. Credito	Saldo Final
60000	6000000000	RECEITAS	0,00	0,00	2.597.788,16	2.597.788,16 C
64000	6400000000	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	2.597.145,50	2.597.145,50 C
64100	6401000000	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	2.597.145,50	2.597.145,50 C
64101	6401010000	MENSALIDADES	0,00	0,00	288.595,28	288.595,28 C
64104	6401040000	CONTRIBUICOES E DOACOES	0,00	0,00	250,00	250,00 C
64105	6401050000	CONVENIOS	0,00	0,00	286.498,88	286.498,88 C
64108	6401080000	OUTRAS	0,00	0,00	253,88	253,88 C
64117	6401170000	PLANO SAUDE UNIMED	0,00	0,00	1.102.282,24	1.102.282,24 C
64118	6401180000	TAXA DE ADMINISTRACAO	0,00	0,00	9.438,57	9.438,57 C
64120	6401200000	EVENTOS, FEST. E COMEMORACOES	0,00	0,00	300,00	300,00 C
64144	6401440000	CONVENIO BRASIL CARD	0,00	0,00	905.636,65	905.636,65 C
64145	6401450000	RECEITA DE VENDA DE TITULOS	0,00	0,00	3.890,00	3.890,00 C

Folha: 000

NIRE: 2826

Emitido em: 31/12/2012

Dt.Registro: 10/05/1994

65000	6500000000	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	642,66	642,66 C
65100	6501000000	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	642,66	642,66 C
65101	6501010000	REND.S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	638,49	638,49 C
65104	6501040000	POUPANCA	0,00	0,00	4,17	4,17 C

SALVADOR NOLETO FILHO
CONTADOR CRC: RJ 039463-T
CPF: 373.889.677-53 RG: 039463-T

ASSOC SERV DA ASSEMB LEG EST TOC ASLETO
HIRAM MELCHIADES TORRES GOMES
PRESIDENTE CPF: 127.111.105-59 RG: 2127533

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO (Valores em Reais)			Folha: 00005	
ASSOC SERV DA ASSEMB LEG EST TOC ASLETO (0048)			NIRE: 2826	
CNPJ/CPF	: 33.564.717/0001-15		Emitido em: 31/12/2012	
End.	: PRACA DOS GIRASSOIS, PALACIO DEP. JOAO DAVILA 1 -NO-CENTRO - CEP: 77001-970		Dt.Registro: 10/05/1994	
Município	: PALMAS	UF: TO		
Período	: Janeiro a Dezembro de 2012		Data do encerramento: 31/12/2012	

RECEITAS ASSOCIATIVAS OPERACIONAIS	2.597.145,50
RECEITAS DE DOACOES	2.597.145,50
RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL	2.597.145,50
RECEITA LIQUIDA ASSOCIATIVAS	2.597.145,50
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	2.597.145,50
LUCRO BRUTO DE ASSOCIADOS	2.597.145,50
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(2.424.897,32)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.422.705,45)
DESPESAS TRIBUTARIAS	-1.281,79
DESPESAS FINANCEIRAS	-1.552,74
RECEITAS FINANCEIRAS	642,66
RESULTADO OPERACIONAL	172.248,18
RESULTADO ANTES CSLL/IRPJ	172.248,18
LUCRO(PREJUIZO) LIQUIDO DO PERIODO	172.248,18

SALVADOR NOLETO FILHO
CONTADOR CRC: RJ 039463-T
CPF: 373.889.677-53 RG: 039463-T

ASSOC SERV DA ASSEMB LEG EST TOC ASLETO
HIRAM MELCHIADES TORRES GOMES
PRESIDENTE CPF: 127.111.105-59 RG: 2127533

Balanco Patrimonial (Valores em Reais)			Folha: 00006	
ASSOC SERV DA ASSEMB LEG EST TOC ASLETO (0048)			NIRE: 2826	
CNPJ/CPF	: 33.564.717/0001-15		Emitido em: 31/12/2012	
End.	: PRACA DOS GIRASSOIS, PALACIO DEP. JOAO DAVILA 1 -NO-CENTRO - CEP: 77001-970		Dt.Registro: 10/05/1994	
Município	: PALMAS	UF: TO		
Período	: Janeiro a Dezembro de 2012		Data do encerramento: 31/12/2012	

ATIVO	1.501.534,41
ATIVO CIRCULANTE	26.805,29
DISPONIVEL	23.728,98
CAIXA GERAL	289,71
CAIXA	289,71
BANCO C/ MOVIMENTO	17.506,49
BANCO DO BRASIL S/A	16.971,81
BANCO DO BRASIL S/A 9270-3	534,68
APLICACOES FINACEIRAS	5.932,78
BANCO DO BRASIL 42.347-5	0,00
BANCO DO BRASIL S/A-31258-4	5.932,78
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	3.076,31

APLICACAO CADERNETA POUPANCA	68,17
BANCO DO BRASIL S/A	68,17
IMPOSTOS A RECUP. OU COMPENSAR	380,13
PCC	380,13
VALORES A RECEBER	0,00
DEPOSITOS BLOQUEADOS	0,00
ADIANTAMENTOS	0,00
---	0,00
ADIANT. FERIAS	0,00
DESP.EXERC.SEG.PG.ANTECIPADAS	2.628,01
DEPOSITO JUDICIAL	2.628,01
ATIVO PERMANENTE	1.474.729,12
IMOBILIZADO	1.479.267,70
TERRENOS	11.046,66
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.740,00
MOVEIS E UTENSILIOS	16.196,00
CONSTRUCAO EM ANDAMENTO	1.443.050,04
COMPUTADORES E PERIFERICOS	1.935,00
APARELHOS ELETRO-ELETRONICOS	4.300,00
DEPRECIACAO ACUMULADA	(4.538,58)
DEPR.ACUM.-COMPUTADORES E PER.	(1.354,45)
DEPR.ACUM.-MAQ.E EQUIPAMENTOS	(937,96)
DEPR.ACUM.-MOVEIS E UTENSILIOS	(1.852,02)
DEPRE.ACUM.-APARELHOS ELETRON.	(394,15)

Balanco Patrimonial (Valores em Reais)			Folha: 00007	
ASSOC SERV DA ASSEMB LEG EST TOC ASLETO (0048)			NIRE: 2826	
CNPJ/CPF	: 33.564.717/0001-15		Emitido em: 31/12/2012	
End.	: PRACA DOS GIRASSOIS, PALACIO DEP. JOAO DAVILA 1 -NO-CENTRO - CEP: 77001-970		Dt.Registro: 10/05/1994	
Município	: PALMAS	UF: TO		
Período	: Janeiro a Dezembro de 2012		Data do encerramento: 31/12/2012	

PASSIVO	1.501.534,41
PASSIVO CIRCULANTE	18.488,39
OBRIGACOES GERAIS A PAGAR	3.341,73
OBRIGACOES TRABALHISTAS	1.982,62
SALARIOS	1.982,62
FERIAS	0,00
13.o SALARIO	0,00
RESCISOES	0,00
ENCARGOS SOCIAIS	1.359,11
INSS S/ SALARIOS	872,80
F G T S	295,69
CONT. SINDICAL	72,96
INSS SERVICOS DE TERCEIROS	0,00
CONTRIB. ASSISTENCIAL	117,66
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	79,09
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	79,09
PIS S/FOLHA	46,97
IRRF S/SERVICO PESSOA JURIDICA	13,20
IRRF S/ SALARIOS	0,00
Cofins/Pis/C.Social Retido	0,00
ISSQN RETIDO	(92,47)
INSS RETIDO P.JURIDICA	111,39
FORNECEDORES	0,00
BILHARES BANBUZINHO	0,00

COFER COMERCIO DE FE	0,00
PRINCE COM. AUDIO IN	0,00
SPORT CENTER	0,00
UNIMED PALMAS COOP T	0,00
WTEC MOVEIS	0,00
EMPRESTIMO E FINANCIAMENTO	15.067,57
EMPRESTIMOS DIVERSOS	5.067,57
DIVERSOS	5.067,57
EMPRESTIMOS BANCARIOS	0,00
BANCO DO BRASIL SA	0,00
CONTAS P/CONCILIACAO BANCARIA	10.000,00
BANCO DO BRASIL SA	10.000,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.483.046,02
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO	1.483.046,02
SUPERAVIT DO EXERCICIO	0,00
SUPERAVIT ACUMULADOS	1.483.046,02

SALVADOR NOLETO FILHO
CONTADOR CRC: RJ 039463-T
CPF: 373.889.677-53 RG: 039463-T

ASSOC SERV DA ASSEMB LEG EST TOC ASLETO
HIRAM MELCHIADES TORRES GOMES
PRESIDENTE CPF: 127.111.105-59 RG: 2127533

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2013

PROCESSO: 00154/2013

OBJETO: Aquisição de um Veículo Utilitário Tipo Pick-Up, Cabine Dupla 4X4, nos termos especificado no Termo de Referência.

OBS.: Licitação anterior foi deserta.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002, Decreto Administrativo n. 157, de 23 de abril de 2008 e alterações, aplicando-se subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto Federal nº 3.555/2000, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação – CPL-AL

ENDEREÇO: Palácio Deputado João D'Abreu – Praça dos Girassóis S/N Palmas – Tocantins. CEP 77.001-902

DATA DE ABERTURA: 03 de junho de 2013.

HORÁRIO: 14h30min (quatorze horas e trinta minutos). Horário local de Palmas - TO

NOTA: Outras informações poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitação: Fone: (63) 3212-5121 Sr. SENIVAN

DISPONÍVEL NO SITE: www.al.to.gov.br, ícone "licitação".

E-MAIL: licitacoes@al.to.gov.br

Palmas, 16 de maio de 2013.

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro

AVISO DE ADIAMENTO "SINE DIE"

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2013

OBJETO: Prestação de serviços continuados de Limpeza, Conservação, Jardinagem, Manutenção Predial, Dedetização, Portaria, Recepção, Ascensorista, Copeiragem e Garçonaria, com fornecimento de materiais, produtos, máquinas e equipamentos, sem ônus para a contratante, a serem prestados nas dependências internas e externas da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins torna público que a sessão pública para a realização do Pregão Presencial nº 010/2013, referente ao Processo nº 00175/2013, marcada para o dia 24 de maio de 2013, às 08h30 min., fica ADIADA "SINE DIE", por solicitação da Diretoria de Área Administrativa, para realizar uma análise mais detida do Termo de Referência. Oportunamente será dada nova publicidade da nova data de realização da sessão com as devidas alterações no edital de licitação.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, Capital do Estado, aos 15 dias do mês de maio de 2013.

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA

Pregoeiro

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013

PROCESSO: 00121/2013

OBJETO: Aquisição de Sistema de Automação Digital para exibição e inserção de programas e comerciais e acessório para comutação de sinais destinados à Central de Exibição da TV Assembleia, de acordo com a quantidade e especificações constantes no Termo de Referência.

OBS.: Itens fracassados no Pregão Presencial nº 007/2013

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002, Decreto Administrativo n. 157, de 23 de abril de 2008 e alterações, aplicando-se subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto Federal nº 3.555/2000, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação – CPL-AL

ENDEREÇO: Palácio Deputado João D'Abreu – Praça dos Girassóis S/N Palmas – Tocantins. CEP 77.001-902

DATA DE ABERTURA: 03 de junho de 2013.

HORÁRIO: 9h (nove horas). Horário local de Palmas - TO

NOTA: Outras informações poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitação: Fone: (63) 3212-5121 Sr. SENIVAN

DISPONÍVEL NO SITE: www.al.to.gov.br, ícone "licitação".

E-MAIL: licitacoes@al.to.gov.br

Palmas, 17 de maio de 2013.

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro

DEPUTADOS DA 7ª LEGISLATURA

Amália Santana - PT

Amélio Cayres - PR

Carlão da Saneatins - PSDB - Suplente

Eduardo do Dertins - PPS

Eli Borges - PMDB

Freire Júnior - PSDB

Iderval Silva - PMDB

Jorge Frederico - PSD - Suplente

José Augusto - PMDB

José Bonifácio - PR

José Geraldo - PTB

Josi Nunes - PMDB

Luana Ribeiro - PR

Manoel Queiroz - PPS

Marcello Lelis - PV

Osires Damaso - DEM

Raimundo Moreira - PSDB - Licenciado

Raimundo Palito - PEN - Licenciado

Sandoval Cardoso - PSD

Sargento Aragão - PPS

Solange Duailibe - PT

Stalin Bucar - PR

Toinho Andrade - PSD

Vilmar do DETRAN - PMDB

Wanderlei Barbosa - PEN

Zé Roberto - PT



Esta mistura é um desastre.